

# OS IMPACTOS DA QUEDA DO IMPÉRIO ROMANO OCIDENTAL NO DESENVOLVIMENTO DO PAPADO NA ALTA IDADE MÉDIA (SÉC. VI-XI)

THE IMPACTS OF THE FALL OF THE WESTERN ROMAN EMPIRE ON THE  
DEVELOPMENT OF THE PAPACY IN THE HIGH MIDDLE AGES (6TH-11TH  
CENTURIES)

**Arthur Gabriel dos Santos Dantas<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Pós-graduado em História do Cristianismo e do Pensamento Cristão pela Faculdade Batista do Rio de Janeiro. Graduado em Teologia pelo o Centro Universitário do Vale do Ribeira – UNIVR E-mail para contato: arthurgabrielsd@gmail.com

# RESUMO

---

Este artigo foca no impacto da queda do Império Romano Ocidental na ascensão do papado na Idade Média (VI-XI), e com o seguinte problema de pesquisa: quais os principais impactos da queda do Império Romano Ocidental na ascensão do papado na Alta Idade Média (séc. VI-XI)? Os principais objetivos são compreender a queda do Império Romano Ocidental, discutir a ascensão do papado na Idade Média e analisar os principais impactos da queda do Império Romano Ocidental na ascensão do papado na Alta Idade Média (séc. VI-XI). O estudo utiliza pesquisa exploratória e descritiva, com resultados qualitativos derivados de uma revisão bibliográfica. Os resultados sugerem que a ascensão papal foi mais intensa após Gregório Magno, expandindo a autonomia papal. Antes de Gregório, muitos papas eram subordinados a poderes externos, particularmente ao Império Bizantino.

Palavras-chave: Queda do Império Romano Ocidental. Papado. Alta Idade Média (séc. VI-XI). Desenvolvimento do Papado Medieval.

# INTRODUÇÃO

---

O presente artigo tem como foco principal abordar os impactos da queda do Império Romano Ocidental na ascensão do papado na Alta Idade Média (séc. VI-XI). A cidade de Roma tem uma história longa e rica, fundada em 753 a.C. No seu início, Roma foi palco de uma monarquia até o ano de 509 a.C. De 509 a 27 a.C., o governo romano foi uma república, governada por dois cônsules e um senado. Contudo, após um período de guerra civil e conflitos internos, a República Romana finalmente caiu em 27 a.C., e no lugar dela foi constituído um império que duraria até o século V. Desde o seu início, o Império Romano se expandiu, assim conquistando vastos territórios nos primeiros dois séculos de sua existência.

No entanto, justamente devido ao enorme tamanho do império que tinha conquistado nesta época, os imperadores encontraram dificuldades em administrá-lo. A situação melhorou temporariamente quando, em 293, Diocleciano dividiu o império em duas partes: ocidental e oriental. Todavia, devido aos ataques dos povos bárbaros, que estavam aproveitando a fraqueza do império para recuperar os seus territórios, o Império Romano ocidental começou a trilhar para sua queda.

É também no tempo do Império Romano que o cristianismo nasce, cresce e desenvolve as suas doutrinas, particularmente no que diz respeito à criação de ministérios. Roger Haight (2012, p. 35) afirma que tipos de ministérios apareceram dependendo do lugar e momento histórico em que uma igreja local foi plantada, sendo um deles o monoepiscopado, que, por sua vez, daria origem ao papado medieval.

Em virtude das informações até aqui apresentadas, discutir sobre os impactos da queda do Império Romano Ocidental na ascensão do papado na Alta Idade Média (séc. VI-XI) justifica-se porque a queda do Império Romano Ocidental teve efeitos ao longo da Idade Média. Além de ser um evento histórico de grande relevância que marcou o fim de um período de domínio e influência romana na Europa, teve impactos duradouros ao longo da Idade Média.

Além disso, a análise da ascensão do papado na Idade Média também permite compreender as características e peculiaridades da religiosidade medieval, que foi uma das principais forças motrizes da sociedade desse período. No entanto, essa ascensão não foi pacífica e gerou conflitos com outras sedes e autoridades religiosas, especialmente com o patriarcado de Constantinopla. Esses conflitos foram motivados por divergências teológicas e disputas políticas, mas também refletiram a complexidade das relações entre o cristianismo e o poder temporal. Diante desse contexto, é importante ressaltar a ascensão do papado e sua relação com outros patriarcados, em especial Constantinopla, durante a Idade Média.

Sendo assim, o presente artigo estabeleceu como problema de pesquisa: Quais os principais impactos da queda do Império Romano Ocidental na ascensão do papado na Alta Idade Média (séc. VI-XI)? E o artigo tem como objetivo geral: Identificar quais os principais impactos da queda do Império Romano Ocidental na ascensão do papado na Alta Idade Média (séc. VI-XI). Para alcançar o objetivo geral, os objetivos específicos serão: Conceituar a queda do Império Romano Ocidental; discorrer sobre a ascensão do papado na Alta Idade Média (séc. VI-XI); analisar os principais impactos da queda do Império Romano Ocidental na ascensão do papado na Alta Idade Média (séc. VI-XI).

O presente estudo consiste em pesquisa aplicada de caráter exploratório e descritivo. Nesse sentido, os resultados serão apresentados de forma qualitativa, a partir da coleta de uma revisão bibliográfica, com informações de fontes secundárias, como artigos e livros, e com análise comparativa de obras de diferentes autores.

Para abordar o tema com clareza, estruturalmente, este trabalho está dividido em três partes. Na primeira parte, será abordada a queda do Império Romano Ocidental, o seu contexto histórico da sua queda e as suas consequências para o futuro da Europa. Na segunda parte, será dedicado ao papado. Começando pelo conceito de papado; depois será brevemente relatado o surgimento do modelo do monoepiscopado na Idade Antiga; em seguida será relatado o surgimento do papado e a sua ascensão na Alta Idade Média (séc. VI-XI). Por fim, será feita análise dos principais impactos da queda do Império Romano Ocidental na ascensão do papado na Alta Idade Média (séc. VI-XI).

# 1 A QUEDA DO IMPÉRIO ROMANO OCIDENTAL

---

Na história do mundo, impérios vêm e vão, ascendem e declinam. O Império Romano não fugiu desse padrão. Fundado após uma guerra civil, esse Império foi um dos maiores da Europa e também do mundo. Nos primeiros dois séculos, os romanos estabeleceram a Pax Romana, um período marcado pela prosperidade econômica e um poder homogêneo militar romano, já que estavam subjugando e dominando outros povos através de conquistas militares, como também uma homogeneidade cultural, pois a cultura romana estava sendo disseminada entre esses povos.

Foi nesse tempo que o Império Romano alcançou o seu auge territorial em 117, no tempo do imperador Trajano, quando alcançaram seu maior território, que ia da atual Inglaterra até a Mesopotâmia, atual Iraque. No entanto, com o passar do tempo, todo esse poder militar começou a se enfraquecer no início do século III, assim começando a chamada Crise do Terceiro Século. Essa crise ocorreu entre os anos de 235 a 284, na qual o Estado Romano passou por crises de natureza econômica com consequências militares.

Embora Gregory (2011, p. 24) e Jones (1964, p. 24) afirmam que as razões exatas que levaram o Império Romano a essa crise não são claras e as fontes que se têm parecem culpar a administração de alguns imperadores anteriores do final do século II. Além disso, nesse período de 235 a 284, houve muitos golpes de Estado.

Há quem ressalte os aspectos econômicos dessa crise, como Gerberding (2005, p. 17) e Martin (2014), que afirmam que, em 212, o Imperador Caracalla<sup>2</sup> criou uma lei chamada de Constituição

---

<sup>2</sup> É especulado que o Imperador em questão tomou essa decisão para aumentar os fundos romanos.

Antonina, que estendeu a cidadania romana completa a todos, exceto aos homens livres mais pobres de todo o Império. No entanto, essa ação teve o efeito contrário que Caracalla esperou, pois nem todos os ricos receberam essa vantagem, já que alguns deles tinham que ter cargos importantes e pagar suas próprias despesas, gerando pobreza e inflação. Tudo isso teve consequências no campo de batalha. Ward-Perkins (2006, p. 33), Heather (2005, p. 67) e Price; Thonemann (2010, p. 302) afirmam que os adversários de Roma, os persas sassânidas e outros povos bárbaros, sabendo da situação de Roma, aproveitaram para recuperar e conquistar alguns territórios romanos.

A situação do Império estava desse jeito quando Diocleciano chegou ao poder em 286. Diocleciano é geralmente lembrado por dar estabilidade ao Império Romano na virada do século III para o século IV. Uma das principais reformas de Diocleciano apontadas pelos referenciais desse trabalho é a chamada Tetrarquia, facilitando a administração do Império. Por questões de espaço, o presente artigo somente relatará essa reforma, já que ela mudou a configuração do Império e os seus efeitos serão importantes ao longo desta narrativa.

Estabelecida em 293, Greatrex (2008, p. 233) e Gregory (2011, p. 37) explicam que a Tetrarquia de Diocleciano consistia em dividir o Império em quatro partes, que eram divididas em províncias menores, as quais eram subdivididas em distritos menores ainda. Todas essas partes eram governadas por um agente do governo e supervisionadas por dois augustos (que eram o próprio Diocleciano, no Ocidente, e Maximiano, no Oriente), auxiliados por dois césares (que eram Constâncio Cloro, no Ocidente, e Galério, no Oriente). Já Jones (1964, p. 40-41) afirma que, em caso de morte dos augustos, eles eram substituídos por seus césares. Eles governavam em cooperação entre si, mas era Diocleciano quem dava a última palavra.

Diocleciano abdica do trono em 305, fato esse que pavimentou o caminho para a ascensão de Constantino. Filho de Constâncio, foi feito César após a morte de seu pai em 306. Aos poucos, derrotou os seus concorrentes Magêncio e Lícino, até se tornar o único imperador do império em 324.

Constantino tentou resolver os problemas econômicos, sendo bem-sucedido. Greatrex (2008, p. 236), Gregory (2011, p. 60-61) e Jones (1964, p. 109) afirmam que foi implementado um sistema de cunhagem de moedas de ouro e prata, com finalidade principal de atender às demandas de pagamentos militares e outras despesas eventuais. Essa mudança desempenhou um papel fundamental na economia, ao promover a padronização do sistema monetário do Império.

No entanto, a estabilidade do Império alcançada nos governos de Diocleciano e Constantino começaria a ser destruída depois da morte do último em 337. Por conta disso, o império foi dividido novamente entre os filhos de Constantino, Constantino II, Constante I e Constâncio II. Contudo, depois de brigas internas entre Constantino II e Constante I em 340 e do golpe de Estado que derrubou Constante II em 350, fez com que Constâncio II ficasse com todo o poder até o ano de 361. Foi sucedido por Juliano, que reinou até 363. Nesse ínterim dessas brigas internas, os ataques persas e bárbaros se intensificaram cada vez mais, na região da Mesopotâmia e na região do Reno, respectivamente. Os romanos conseguiram repelir uma parte desses ataques somente no governo de Juliano (Colins, 2010, p. 28-36; Freeman, 2014, p. 606-607).

Depois dos curtos reinados de Juliano e Joviano, Valente chegou ao poder. O novo Imperador então dividiu o Império com seu irmão, Valentiniano I, que governou a parte Ocidental até 375, o ano de sua morte. Freeman (2014, p. 610) e Jones (1964, p. 140) afirmam que Valente foi bem-sucedido nas campanhas contra os persas, enquanto seu irmão combatia os alanos e outros povos bárbaros da região.

No entanto, segundo Heather (2005, p. 150), a situação sairia do controle quando, em 376, os godos, repelidos pelos hunos, cruzaram a região do Rio Danúbio. Apesar de os godos inicialmente viverem pacificamente com os romanos, em 378 eles se rebelaram e infligiram a maior derrota romana até aquele momento, na batalha de Adrianópolis, ocorrida em 8 de agosto de 378. Pelos relatos de Colins (2010, p. 44) e Freeman (2014, p. 611), estima-se que entre 10 e 40 mil romanos pereceram nessa batalha, incluindo o imperador Valente.

De acordo com Scarre (1995, p. 229) e Walker (2006, p. 174), após essa batalha em Adrianópolis, Teodósio I, o sucessor de Valente, conseguiu acalmar os godos, dando dinheiro e recursos que eles necessitavam. Mas, depois que ele morreu em 395, seus dois filhos ficaram responsáveis por governar o Império dividido, Arcádio no Oriente e Honório no Ocidente. No entanto, devido à má administração dos filhos de Teodósio, ataques continuariam a acontecer, persas no Oriente, e tribos bárbaras no Ocidente (Jones 1964, p. 170).

Como o objetivo desta seção é relatar a queda do Império Romano Ocidental, o presente artigo toma a liberdade de somente focar e apontar as principais invasões bárbaras e eventos que levaram o Império Romano no Ocidente, tendo em vista que sua parte Oriental durou até o século XV, e foi chamada de Império Bizantino pela posteridade. Essa narrativa se voltará ao lado Oriental quando for necessário.

Jones (1964, p. 199-200) ressalta que alguns grupos bárbaros eram federados. Os Federados eram povos bárbaros que fizeram um acordo com o Império Romano para se tornarem aliados e morarem perto do Império. Eles recebiam terras e outros recursos em troca de ajuda militar e de serem fiéis ao Império. Contudo, alguns desses grupos se rebelaram e começaram a invadir os territórios romanos.

Essas invasões das tribos bárbaras começaram a ser mais intensas no começo do século V. Ward-Perkins (2006, p. 42-43) afirma que, no ano de 406, tribos suevas e vândalas cruzaram o Reno e atacaram a Gália e a Península Ibérica. Além disso, em 10 de agosto de 410, Roma foi saqueada por Alarico, o líder godo, deixando a cidade em destruição (Heather 2005, p. 191; González, 2011, p. 227).

Apesar de o Imperador Honório tentar salvar o Império Romano Ocidental, os bárbaros dominariam territórios como a Península Ibérica e o sul da Gália até 415. Enquanto na Bretanha, a ilha foi abandonada pelas tropas romanas em 411, abrindo o caminho para os anglo-saxões dominá-la até 440 (Colins, 2010, p. 60, 81; Jones, 1964, p. 191).

Segundo Mitchell (2014, p. 120-121), Goldsworthy (2009, p. 331) e Jones (1964, p. 191), os vândalos, expulsos da Espanha, estabeleceram o seu reino no Norte da África, sob o rei Genserico. Os vândalos fizeram fortes ataques a Roma. Destes, o mais significativo ocorreu em junho de 455, quando saqueou a cidade durante duas semanas, capturando a filha e a esposa do imperador Valentiniano III.

Nesse meio tempo, os romanos tiveram que lidar com os hunos, que, entre 441 e 453, entraram em conflitos mais intensos com os romanos logo depois da ascensão de Átila. Goldsworthy (2009, p. 320-321) afirma que os hunos conquistaram cidades como Singiduno (Belgrado atual) e Naíssonno no começo da década de 440. No entanto, Heather (2005, p. 343) e Wickham (2009, p. 84) expõem que, devido às disputas internas depois da morte de Átila, o Império Huno colapsou.

Diante dessas invasões, Walker (2006, p. 176) destaca que o poder político dos imperadores diminuiu, e eles eram como marionetes nas mãos de líderes militares influentes, os *magistri militum*<sup>3</sup>, governando o império na prática. Aécio, conde da Itália, foi um deles, conseguindo combater os grupos bárbaros com relativo sucesso no tempo de Valentiniano III (Freeman, 2014, p. 634).

<sup>3</sup> Os *magistri militum* foram criados no tempo de Diocleciano, objetivando de comandar o exército nas batalhas.

Mitchell (2014, p. 123) afirma que, no período entre 456 e 472, o Império Ocidental era governado por Ricimer, que tinha muito poder e influência. Após o falecimento de Severus, Ricimer estabeleceu uma aliança com o Imperador Oriental Leão I, oferecendo-lhe um imperador ocidental em troca de auxílio na luta contra os vândalos. Assim, Leão nomeou Antêmio como Imperador Ocidental e enviou alguns navios para combater os vândalos. Mas a expedição fracassou, e depois da morte de Ricimer em 472, o Império Romano se limitava apenas à Itália (Freeman, 2014, p. 636).

Além disso, Wickham (2009, p. 85), Jones (1964, p. 243-244) e Freeman (2014, p. 636) destacam que, após a morte de Ricimer, tiveram três golpes de Estado que derrubaram imperadores que reinaram por curto tempo, e todos eles controlados por seu general, Gundebaldo, o sucessor de Ricimer no posto. Gundebaldo retirou-se para ser rei dos Burgúndios em 474, sendo sucedido por Odoacro, o chefe militar, até 493. Nesse meio tempo, o Imperador Oriental Zenão tentou colocar seu próprio escolhido, Júlio Nepos, como novo imperador, que foi derrubado por Orestes. Este último nomeou seu próprio filho, Rômulo Augusto, para ser o novo imperador, mas ele foi derrubado por Odoacro em 476.

Mitchell (2014, p. 126-128) afirma que Odoacro reinou a Península Itálica até o ano de 493, quando foi derrubado pelos ostrogodos, liderados por Teodorico, que invadiu a região romana, apoiado por Zenão, fruto de acordo de paz entre ele e Teodorico. Pouco tempo depois da morte de Teodorico em 526, Justiniano tentou reconquistar a Itália e outras terras do antigo Império Romano, a partir de 533. No entanto, os bizantinos perderam a Itália para os lombardos no ano de 568 (Freeman, 2014, p. 661, 665).

Apesar desse ano de 476 ser tido como o final do Império Romano, essa data é contestada por alguns autores que afirmam que havia algum resquício de Império Romano pós-queda de Roma nos reinos

germânicos que estavam se formando nessa passagem do século V para o VI. É isso que afirma Goldsworthy (2009, p. 401), destacando a continuidade das instituições romanas como religião, língua e cultura nesses reinos germânicos, embora cada um estivesse adaptando no seu modo essas instituições e às vezes conflitassem entre si.

Sendo assim, Walker (2006, p. 177) afirma que um desses reinos germânicos que mais conservou a cultura romana, especificamente a religião,<sup>4</sup> foram os francos da Gália. Essa tribo germânica disputou a Gália com os visigodos quase todo o século V. Contudo, depois da ascensão de Clóvis ao trono franco em 481, eles conquistaram toda a Gália. Assim, depois de vencer uma batalha contra os alamanos em 496, Clóvis batizou-se no Natal deste ano e a conversão dos francos ao catolicismo, resultante desse evento, teve significativa relevância histórica e, posteriormente, contribuiu para o surgimento do império liderado por Carlos Magno (González, 2011, p. 236).

Faz-se necessário, portanto, entender os conceitos relacionados à queda do Império Romano Ocidental. Foram eventos que aconteceram no decorrer dos séculos devido às más administrações e às invasões bárbaras. Estudar o processo de queda do Império é importante, pois permite entender como a Europa se formou durante a Idade Média e se tornou tão desfragmentada. É nesse contexto que alcançará a sua ascensão; o assunto será tratado na próxima seção do trabalho.

## 2 A ASCENSÃO DO PAPADO NA ALTA IDADE MÉDIA (SÉC. VI-XI)

---

**Com a queda de Roma em 476, convencionou-se entre a maioria dos historiadores chamar de Idade Média a esse período pós-queda de Roma, no final do século V, até o ano de 1453, com a queda do**

<sup>4</sup> O cristianismo era a religião oficial do Império desde do ano de 381.

Império Bizantino. Esse período já sofreu muito preconceito e críticas no passado, por exemplo, dos Iluministas no século XVIII, que afirmavam que essa época só trouxe atrasos e escuridão para a humanidade, ressaltando o poder político da igreja medieval na figura do papa.

De fato, ao longo desse período histórico, o papado assumiu um papel central na estruturação e organização da sociedade, influenciando não somente as questões religiosas, mas também políticas, sociais e culturais. A temática da ascensão do papado na Idade Média é um dos fatores relevantes e é fundamental para compreender a formação e o desenvolvimento do catolicismo medieval.

Segundo MacCulloch (2010, p. 289) e González (2011, p. 262), o termo “papa” vem do latim e significa “papai”, um vocábulo carinhoso dos filhos referindo-se ao seu progenitor. Além disso, enquanto nas igrejas africanas e orientais o termo é usado com mais abrangência para todos e quaisquer bispos, no Ocidente ficou vinculado ao bispo de Roma. Essa ligação deste termo com a igreja romana começa na Idade Média, no contexto em que o monoepiscopado estava sendo estabelecido.

Contudo, antes de narrar a ascensão do papado na Alta Idade Média (séc. VI-XI), será brevemente relatado o surgimento do modelo do monoepiscopado na Idade Antiga, pois o desenvolvimento do papado no período da Medievalidade dependeu do surgimento do modelo do monoepiscopado na Antiguidade, fornecendo um contexto histórico mais completo.

Conforme a citação de Haight (2012, p. 35) na introdução do trabalho, Latourette (2006, p. 153-154) e Meeks (2006, p. 153) argumentam na mesma linha, afirmando que no século I ainda não havia governo único eclesial e apresentava vários ministérios. Contudo, dentre os muitos ministérios, destacam-se três: diáconos (do grego diakonoi,

servo), presbíteros (presbyteroi, anciãos) e bispos (episkopos, supervisor). Sendo que presbíteros e bispos podiam ser referidos como um único ministério em algumas cartas do Novo Testamento.

Essa falta de diferenciação entre ofícios de presbítero e bispo aparece no final do século I, na carta de Clemente: “Felizes os presbíteros que percorreram seu caminho e cuja vida terminou de modo fecundo e perfeito. Eles não precisam temer que alguém os afaste do lugar que lhes foi designado” (1º Clemente aos Coríntios, 44.5, p. 28).

Mas é em Inácio, bem no começo do século II, que aparece essa diferenciação mais claramente. Para Inácio, quando os fiéis seguem o bispo com obediência, eles mostram que seguem a Jesus Cristo, que morreu por eles. É importante, então, que os crentes façam tudo de acordo com a orientação do bispo e que também se submetam aos presbíteros, assim como os apóstolos de Jesus Cristo, em quem encontrarão direção em todas as áreas da vida (Inácio aos Tralianos, 2.1-2, p. 48).

Avançando um pouco mais no tempo, mais precisamente no ano de 215, Hipólito de Roma escreve a obra “Tradição Apostólica”. Aqui, a separação dos ofícios presbíteros e bispos parece ser consolidada e Hipólito ordena que se faça uma oração na posse dos novos presbíteros e diáconos (Hipólito, Tradição Apostólica, 2. 2, 5).

Já em Cipriano, que está nos meados do século III, o bispo ganha o status de ser comparado ao Apóstolo Pedro. É aqui que aparece pela primeira vez na história do pensamento cristão a interpretação de Mateus 16.18-19, onde Cristo diz que Pedro é a rocha na qual edificaria a Sua igreja e lhe dá as chaves do Reino dos céus com poder de ligar e desligar tudo na terra. Cipriano interpreta esse texto afirmando que Deus conferiu autoridade à igreja e fora dela não há salvação, e é mantida pela união dos bispos (Cipriano, Sobre a Unidade, 4-5).

No entanto, como é afirmado por Haight (2012, p. 196), apesar de defender a autoridade do bispo como sendo concedida a Pedro, Cipriano continuou a afirmar a independência do bispo em suas respectivas igrejas locais, ou seja, todo bispo é sucessor de Pedro e não apenas o bispo de Roma. Ou seja, Cipriano não prega nenhum tipo de subordinação ao bispo de Roma.

Levando em consideração os conceitos já apresentados sobre o assunto, pode-se também entender que uma das razões para o surgimento do monoepiscopado foi por conta do aparecimento de algumas doutrinas que seriam consideradas heresias no futuro, levando à centralização da autoridade dos bispos (Meeks, 2006, p. 156; González, 2011, p. 99).

Já no século IV, o Concílio de Nicéia, cujo objetivo principal era debater o arianismo, também tratou de questões eclesiais. Segundo Adamo; Lynch (2014, p. 26) e Walker (2006, p. 220), os bispos ganharam mais poderes em Nicéia, permitindo que o bispo da capital (também chamado de bispo metropolitano) de uma província supervisionasse e convocasse os sínodos das igrejas da mesma província. Além disso, até o século V, eram cinco as províncias eclesiais, que eram lideradas pelas sés patriarcais: Roma, Constantinopla, Alexandria, Antioquia e Jerusalém. Todas essas sés afirmavam que haviam sido fundadas por algum apóstolo ou eram as maiores cidades do império.

Entretanto, ainda no século IV, os bispos de Roma começaram a reivindicar uma autoridade superior e não aceitavam ser equiparados aos outros patriarcados. MacCulloch (2010, p. 292) e Duffy (2015, p. 37-39) afirmam que essa reivindicação começou a ser afirmada mais intensamente a partir do pontificado de Damásio I (366-384), que usava a interpretação de Mateus 16.18-19 para legitimar a sua autoridade. Uma vez que Pedro havia recebido as chaves do céu e, como era acreditado na época, fundado a igreja de Roma, logo os

seus bispos têm direito a reivindicar a autoridade sobre toda a Igreja e outros patriarcados.

No século V, essa autoridade voltou a ser reclamada mais energicamente na figura de Leão I (440-61). Conforme Duffy (2015, p. 43) e Walker (2006, p. 220), para Leão, o bispo de Roma tinha que ter a primazia entre os bispos, pois eles são herdeiros de Pedro, que era o principal dos apóstolos.

Entre a virada do século VI para o VII, Gregório I (590-604), também conhecido como Gregório Magno, é um dos papas mais conhecidos do período. Os autores como Adamo; Lynch (2014, p. 41-42) e Rousseau (2008, p. 24) destacam que o papa Gregório I foi um líder muito importante, especialmente por controlar os lombardos, que ameaçavam invadir suas terras. Ele apoiou a ordem beneditina e usou os meios de comunicação para criar as bases da igreja latina ocidental. No seu tempo, a ideia do bispo de Roma ser sucessor de São Pedro já estava consolidada, embora os outros patriarcas contestem essa ideia.

Além disso, como indicam González (2011, p. 264) e Logan (2012, p. 48-51), o papa também ajudou na missão de levar o cristianismo para a Inglaterra através de missionários de um monastério que ele fundou, sob a direção de Agostinho da Cantuária. Sua contribuição foi muito valorizada e sua liderança foi comparada a um estadista e a um monge devoto.

Entrando no século VIII, um dos eventos de maior destaque para a história do papado medieval foi sua aliança com os francos. Adamo; Lynch (2014, p. 82-83), Logan (2012, p. 67-68) e Ullmann (2003, p. 47-49) afirmam que essa aliança começou a partir de 751, quando Pepino, o Breve, queria derrotar Childerico III para tornar o controle da Gália. Este fez uma aliança com o Papa Zacarias (741-752), que queria se livrar dos lombardos, que estavam atacando as terras papais desde 731. Zacarias ungiu Pepino (em sinal de aprovação)

em 752, e Pepino derrotou Childerico no mesmo ano e tornou-se rei dos francos. Três anos depois, Pepino, cobrado pela ajuda de antes, derrotou os lombardos e doou as terras lombardas para a igreja, que passou a governá-las na figura dos papas até a Reunificação Italiana em 1871.

Vale ressaltar que, por volta dessa mesma época, apareceu um documento chamado Doação de Constantino. González (2011, p. 275) e Walker (2006, p. 254) afirmam que esse documento era supostamente uma carta de Constantino agradecendo ao Papa Silvestre por ele ter curado o próprio imperador de lepra e confiava a Silvestre, e por extensão aos seus sucessores, os territórios de Sicília, Córsega, Sardenha, Gália e uma parte da África, além da autoridade e jurisdição sobre as outras sés patriarcais, Constantinopla, Alexandria, Antioquia e Jerusalém. A partir daí, os papas usariam esse documento para legitimar sua autoridade até o século XV, quando foi provada a farsa do mesmo.

Além desse documento, surgiram as Decretais do Pseudo-Isidoro no século IX. Duffy (2015, p. 98) e Irvin; Sunquist (2004, p. 438) indicam que esse documento apareceu por volta de 850 no Norte da Gália e era parte de uma coleção, na qual a própria Doação de Constantino estava também compilada. Nele se afirmava que todo bispo deve estar submisso ao bispo romano, além de afirmar que o bispo e o papa têm direito de arbitrar na vida eclesiástica dos governantes políticos.

Para Irvin; Sunquist, (2004, p. 438), o Papa desse período que mais usou esse documento para justificar sua autoridade foi Nicolau I (858-867). Para ele, a palavra do papa valia mais que um concílio, posição essa que colocou Nicolau em conflito com os bispos franceses Hicimar de Reims, que depôs o bispo de Soissons em 861. O bispo deposto então apelou a Nicolau, que obrigou Hicimar a restituir o bispo. Além disso, Nicolau interviu no caso do rei de

Lorena, Lotário II, que se divorciou de sua esposa Teurberga para se casar com sua amante, Waidrada. Quando Teurberga pediu ajuda ao Papa, Nicolau mudou a decisão de um sínodo que decretou o divórcio e que destituiu os arcebispos de Trier e Colônia. Isso mostrou que o Papa tinha autoridade sobre a igreja na França e também sobre os reis (Duffy, 2015, p. 101; Walker, 2006, p. 291).

Porém, Walker (2006, p. 311), MacCulloch (2010, p. 353) e Adamo; Lynch (2014, p. 127) afirmam que, logo após o falecimento de Nicolau, o papado ficou à mercê das mãos da autocracia romana até a metade do século XI. Aliado a isso, nesse período aparece a simonia, a venda de cargos eclesiásticos, e o nicolaitismo, que é o casamento ou concubinato de clérigos com meretrizes, uma prática ilegal já que se esperava que os bispos fossem solteiros no século XI (Irvin; Sunquist, 2004, p. 439).

A situação estava assim quando Leão IX foi eleito papa, no ano de 1049, ficando no cargo até 1054. De acordo com Walker (2006, p. 313) e González (2011, p. 346-347), Leão condenou a simonia e o nicolaitismo, reafirmou a autoridade e independência papal de qualquer governante secular, além de ser o primeiro de uma sequência de papas reformadores que se seguiriam até o final do século.

Dessa forma, Irvin, indicam Sunquist (2004, p. 484) e González (2011, p. 348-349) que dos sucessores imediatos de Leão que continuaram o processo de reforma papal, foi Nicolau II (1058-1061) que mais teve impacto na história do papado, já que o pontífice mudou o sistema de eleição papal, começando o processo de escolha com a decisão dos bispos cardeais que consultavam outros tipos de sacerdotes, indo até o diácono, depois disso se consultava a opinião do povo romano. Aqui, é possível notar que foi praticamente anulada a interferência externa dos governantes seculares nas eleições papais, embora mantivessem o direito de vetar a escolha.

Contudo, essa tensão entre os papas e os governantes civis reaparece no pontificado de Gregório VII (1073-1085), que entrou em confronto com Henrique IV, imperador do Sacro Império. Duffy (2015, p. 101) afirma que esse conflito residia na questão da investidura, que se referia ao direito dos monarcas leigos de designar bispos e abades. Gregório buscava abolir essa prática, sustentando que a escolha de líderes eclesiais deveria ser uma prerrogativa exclusiva da Igreja, que é a autoridade máxima na figura de seu bispo, afirmação essa que estava nos 27 decretos papais, publicados em 1075.

Latourette (2006, p. 634-635) afirma que, em contrapartida, Henrique IV desejava preservar sua autoridade sobre a nomeação de bispos, como ele fez ao nomear o Arcebispo de Milão, o que culminou em um confronto direto entre ambos. Após uma série de acontecimentos, incluindo duas vezes que o Papa excomungou o Imperador, Henrique saiu vencedor da disputa, enquanto Gregório exilou-se em 1085.

Essa controvérsia das investiduras continuaria nos pontificados seguintes com os filhos de Henrique até o ano de 1122, na Concordata de Worms. Sendo assim, Irvin; Sunquist (2004, p. 485) afirmam que nessa Concordata não só foi abolida toda e qualquer interferência dos governantes políticos nas eleições papais, mas também a simonia.

Walker (2006, p. 431) relata que, apesar de algumas vezes governantes políticos tentarem controlar os pontífices, no século XII o papado aumentaria sua influência tanto religiosa como política, com Inocêncio III (1198-1216) sendo o seu ápice. Inocêncio criou diversas burocracias para aumentar o poder papal, como reestruturar toda a cúria papal, eliminando aqueles que considerava parasitas e aproveitadores nos diversos departamentos executivos do papado (Carocci, 2009, p. 68; Ullmann, 2003, p. 135-136).

Faz-se necessário, portanto, entender os conceitos relacionados à

ascensão do papado na Alta Idade Média (séc. VI-XI), porque se torna importante estudar como se deu esse processo, pois saber como os bispos de Roma, que já vinham se fortalecendo desde o século IV, assumiram um papel de destaque em meio às disputas políticas e religiosas da época medieval. Agora que já foram definidos os conceitos deste trabalho, o mesmo analisará os principais impactos da queda do Império Romano Ocidental na ascensão do papado na Alta Idade Média (séc. VI-XI).

### 3 OS PRINCIPAIS IMPACTOS DA QUEDA DO IMPÉRIO ROMANO OCIDENTAL NA ASCENSÃO DO PAPADO NA ALTA IDADE MÉDIA (SÉC. VI-XI)

---

Nos primeiros séculos de sua existência, o cristianismo se expandiu para fora da Palestina, chegando às cidades orientais de Antioquia e Alexandria, por exemplo. Essas duas cidades produziram muita teologia na Antiguidade, muitas vezes duelando entre si para impor a sua doutrina por meio de um concílio. No entanto, o movimento cristão também se expandiu para o lado ocidental, chegando à cidade de Roma.

É necessário ressaltar que a relação dos cristãos com o Império nos primeiros séculos foi dúbia; com períodos de perseguição intercalados com épocas passivas. Porém, mesmo com as perseguições, a igreja romana conseguiu sobreviver e ganhar destaque na figura de seu bispo na Alta Idade Média. E, nessa mesma época, estava desenvolvendo o papado.

Conforme relatado na seção anterior, o desenvolvimento do papado na Idade Média se deveu ao estabelecimento do modelo eclesial monoepiscopado na Antiguidade, e um desses lugares onde esse sistema eclesial floresceu foi em Roma. Contudo, segundo Ullmann (2003, p. 1-2) e González (2011, p. 262), a igreja de Roma não adquiria o monoepiscopado na sua origem, mas era governada por vários bispos, sem subordinação de um para outro.

Já os autores Irvin e Sunquist (2004, p. 112) afirmam que o monoepiscopado chegou em Roma no final do século II, mais precisamente no pontificado de Vitor I (189-199). E esse processo de mudança do sistema eclesial romano foi acelerado pela controvérsia a respeito da data da Páscoa. Vitor quis abolir o costume de celebrar a Páscoa no mesmo dia dos judeus, em 14 de Nissan, o que fez entrar em controvérsia com os bispos asiáticos, que seguiram esse costume. Depois de muitos debates, Vitor conseguiu abolir o costume em Roma, o que aumentou sua autoridade e influência (Walker, 2006, p. 94-95).

Desse modo, as principais informações a serem tratadas aqui passam por essa influência e autoridade do bispo romano que cada vez mais aumentaria no final da Antiguidade, até o século V, no pontificado de Leão I (440-461). Por isso, González (2011, p. 264) relata que, além de se meter nas controvérsias cristológicas do período, Leão conseguiu convencer Átila a não destruir Roma em 452, indicando que esse pontífice romano ganhou poder político e diplomático, dado a anarquia na Península Itálica na época.

Além disso, como foi relatado na primeira seção do trabalho, após a queda de Roma em 476, a Itália ficou sendo governada por poderes estrangeiros: primeiro por Odoarco (476-493), por Teodorico (493-526), por bizantinos (533-568) e por lombardos (a partir de 568 até o século VII). González (2011, p. 265) e Ullmann (2003, p. 29) sugerem que, nesse período, especificamente durante o reinado bizantino, os pontífices ficaram sob o domínio do Imperador Justiniano (527-565).

O caso do papa Vigilio (537-555) é um exemplo disso, foi trazido para Constantinopla a mando do Imperador e obrigado a condenar Os Três Capítulos, o que fez uma série de igrejas romper com Roma e com o seu bispo.

Contudo, MacCulloch (2010, p. 324), Walker (2006, p. 252) e Ullmann (2003, p. 30-31) afirmam que, depois da invasão dos lombardos à Itália, os papas conseguiram manter a sua autoridade mais consolidada tanto pastoralmente, como agora politicamente, já que não existia um líder político forte para controlar a desordem. Fica claro, portanto, que os papas assumiam a responsabilidade de ocupar esse lugar.

Sendo assim, com base nos conteúdos referenciais, é possível notar como o tema vem sendo abordado em produções científicas, de forma a entender que, embora possa ser afirmado que, depois da queda de Roma em 476, o papa acabou tornando-se uma figura não apenas para a orientação espiritual dos cristãos, mas também como um ator político significativo nas novas relações de poder que surgiram na Europa na Baixa Idade Média, como é relatado por Goldsworthy (2009, p. 401), é somente a partir de Gregório Magno que o papado ficaria mais forte na Medievalidade (MacCulloch, 2010, p. 324-325).

As fontes parecem ser unânimes quanto a isso. Krautheimer (2000, p. 59-60) afirma que Gregório instituiu uma seção jurídica liderada por um chanceler e integrada por advogados. Dessa forma, um corpo administrativo composto por leigos passou a atuar ao lado das funções diplomáticas, financeiras, gerenciais e assistenciais, que permaneciam sob a responsabilidade de clérigos e eram conduzidas por sete diáconos. Tal sistema de administração duraria por séculos (Rousseau, 2008, p. 24).

Já Logan (2012, p. 45), Latourette (2006, p. 454) e González (2011, p. 268) afirmam que Gregório foi quem negociou com lombardos quando estavam prestes a atacar Roma em 592 e 598, indicando o vácuo político e militar deixado pelos bizantinos após a conquista lombarda da Itália. Era a Igreja que iria prover um elemento de liderança social que

preencheu essa lacuna deixada pela administração militar bizantina sitiada, além do Papa Gregório também ter alimentado a população no período de fome na virada do século VI para o VII (Ullmann, 2003, p. 33).

Além disso, tomando por base o objetivo do presente trabalho, que trata dos principais impactos da queda do Império Romano Ocidental na ascensão do papado na Alta Idade Média (séc. VI-XI), é possível notar algumas consequências dessa ascensão papal no contexto medieval, como a questão da relação de Igreja e Estado, por exemplo.

Como, daquele momento em diante, os papas exerceriam o poder temporal mais ativamente, os pontífices se aliariam com outros reinos para consolidar ainda mais esse poder e para protegê-los. Um desses reinos foi o franco, que estava próximo ao papado desde o tempo de Pepino, o Breve (751-768), e que chegaria ao seu ápice com a coroação de Carlos Magno (772-814) no Natal de 800 pelo Papa Leão III (796-816). Aliado a isso, o monarca franco escolhia os bispos e abades, e eles contribuíam para o governo aconselhando o rei, levavam as suas ordens ao povo e forneciam soldados e recursos para as guerras do rei (Adamo; Lynch, 2014, p. 91; Irvin; Sunquist, 2004, p. 417-419; MacCulloch, 2010, p. 346).

Os séculos XII e XIII são geralmente vistos como o ápice do papado medieval. Os autores Perron (2009, p. 23) e Carocci (2009, p. 68), por exemplo, atribuem o começo desse auge papal à Reforma Gregoriana, no século XI, devido às reivindicações de Gregório VII (1073-1085) na independência papal dos governantes seculares e leigos. Mas é Inocência III (1198-1216) quem vai desfrutar do maior poder papal, afirmando que Cristo tinha dado ao pontífice romano a autoridade em todas as esferas, política e religiosa (Duffy, 2015, p. 146).

Baseado nessa visão, Inocência enfrentou conflitos com governantes seculares. Ullmann (2003, p. 137-139) e González (2011, p. 439-440) citam o caso de Otto IV (1198-1218) do Sacro Império. O pontífice apoiou Otto na eleição do trono do Sacro Império, em troca de garantir a

liberdade dos Estados papais e outras cidades italianas. No entanto, Oto não cumpriu o combinado, e o papa excomungou-o e apoiou Frederico II (1218-1250), que derrotou Oto. Esse caso demonstra o poder do papa que havia ganhado, mas a partir do século XIV em diante esse poder declinou (Perron, 2009, p. 38).

Além dessa consequência, também é possível perceber que o assunto apresenta uma relação com o relacionamento entre cristãos ocidentais e orientais, que ficou bem abalada depois da coroação de Carlos Magno. Afirmam Walker (2006, p. 281-282), Ullmann (2003, p. 51-53) e González (2011, p. 275) que, ao coroar Carlos Magno, o papa estava sinalizando que o Império Oriental não tinha autoridade no Ocidente, e uma nova religião e cultura cristã surgiram com a ajuda dos papas, que eram responsáveis por proteger o cristianismo e a monarquia franca. Essa monarquia se tornou parecida com o império do Imperador Constantino, pelo menos naquele momento.

Assim, ainda no que diz respeito à relação entre os cristãos ocidentais e orientais, como uma das consequências da ascensão do papado na Idade Média, piorou até o século XI, resultando em um breve cisma nesse meio tempo (858-867). Contudo, a ruptura definitiva viria em 16 de julho de 1054, quando aconteceu o Grande Cisma do Oriente. Para Duffy (2015, p. 116) e Ullmann (2003, p. 86), embora tenha muitos motivos para o acontecimento do cisma e cada qual tenha sua importância, um dos cerne do rompimento foi a questão da autoridade papal, uma vez que Constantinopla nunca a aceitou.

Com base na argumentação apresentada ao longo desta seção, fica claro que a atuação dos papas nessa época foi fundamental para a manutenção da unidade e coesão da Igreja, que se tornou uma importante instituição de apoio e amparo para a população em meio ao caos e instabilidade política. E ficaram, então, estabelecidas as bases da influência da Igreja de Roma na sociedade medieval.

Com base na argumentação apresentada ao longo desta seção, fica claro que a atuação dos papas nessa época foi fundamental para a manutenção da unidade e coesão da Igreja, que se tornou uma importante instituição de apoio e amparo para a população em meio ao caos e instabilidade política. E ficaram, então, estabelecidas as bases da influência da Igreja de Roma na sociedade medieval.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

As informações e dados apresentados neste trabalho contribuem de forma significativa para o campo de estudo de história antiga tardia, já que a queda do Império Romano Ocidental marca uma nova era, a Idade Média. A pesquisa também se propôs a contribuir para a história do cristianismo medieval, pois é nesse contexto que se percebe que a construção de uma instituição particularmente importante para a religião católica, e que permanece até hoje, o papado. Além disso, compreende-se o desenvolvimento do papado e suas implicações para a sociedade da época medieval.

Sendo assim, este artigo teve por objetivo identificar quais os principais impactos da queda do Império Romano Ocidental na ascensão do papado na Alta Idade Média (séc. VI-XI). No primeiro capítulo, “A queda do Império Romano Ocidental”, foram apresentados os diversos fatores que levaram o Império Romano Ocidental à sua derrocada. Dos temas abordados, constatou-se que esse evento criou uma Europa muito dividida, com diferentes povos e culturas.

No segundo capítulo, “A ascensão do papado na Alta Idade Média (séc. VI-XI)”, apresentou, além da ascensão do bispo de Roma, o surgimento de um novo modelo eclesial, o monoepiscopado. Dos temas abordados, constatou-se que o monoepiscopado ajudou nesse processo de ascensão papal, com a centralização dos bispos.

Na parte 4, “Os principais impactos da queda do Império Romano Ocidental na ascensão do papado na Alta Idade Média” (séc. VI-XI), apresentou como o bispo de Roma se comportou após a queda de Roma. Dos temas abordados, constatou-se que, embora a queda do Império Romano Ocidental tenha aberto o caminho da ascensão do papado na Alta Idade Média (séc. VI-XI), essa ascensão aconteceu mais plenamente a partir de Gregório Magno, que aumentou a independência papal, já que antes dele muitos pontífices estavam submissos a algum poder estrangeiro, especialmente ao Império Bizantino.

Apesar de todas as contribuições apresentadas, esta temática ainda reserva investigações posteriores que ainda podem ser realizadas sobre o papado medieval e sua atuação na sociedade da época, devido à importância do tema e inúmeras contribuições para o meio acadêmico, com a finalidade de aumentar o conhecimento dessa área. Espera-se que o presente trabalho seja pioneiro nessa empreitada.

## REFERÊNCIAS

---

ADAMO, Phillip C.; LYNCH, Joseph H. **The medieval church: A brief history**. New York: Routledge, 2014.

CAROCCI, Sandro. **Popes as princes?** The papal states (1000–1300). In: Bellitto, Christopher (eds) *A Companion to the Medieval Papacy*. Leiden: Brill, 2016. p. 66-84.

CIPRIANO. **Sobre a Unidade da Igreja**. Disponível em: [https://www.ecclesia.com.br/biblioteca/pais\\_da\\_igreja/s\\_cipriano\\_sobre\\_a\\_unidade.html](https://www.ecclesia.com.br/biblioteca/pais_da_igreja/s_cipriano_sobre_a_unidade.html). Acessado em: 20 de dez. de 2024.

CLEMENTE. I Clemente. In: **Padres Apostólicos**. vol. 1. São Paulo: Paulus, 1995 (Série Patrística).

COLLINS, Roger. **Early Medieval Europe, 300-1000**. New York: Bloomsbury Publishing, 2010.

DUFFY, Eamon. **Saints and sinners: A history of the popes.** New Heaven: Yale University Press, 2014.

FREEMAN, Charles. **Egypt, Greece, and Rome: civilizations of the ancient Mediterranean.** Oxford: Oxford University Press, 2014.

GERBERDING, Richard The later Roman empire, In: FOURACRE, Paul; MCKITTERICK, Rosamond; ABULAFIA, David (Ed.). **The New Cambridge Medieval History: Volume 1, C. 500-c. 700.** Cambridge. Cambridge University Press, 2005, p. 13-35.

GOLDSWORTHY, Adrian. **How Rome fell: Death of a superpower.** New Haven: Yale University Press, 2009.

GONZÁLEZ, J. L. **História ilustrada do cristianismo.** A era dos mártires até a era dos sonhos frustrados. 2. ed. rev. São Paulo: Vida Nova, 2011.

GREATREX, Geoffrey. Political-historical survey, c. 250–518. 2008. In: JEFFREYS, Elizabeth; HALDON, John F.; CORMACK, Robin (Orgs.). **The Oxford handbook of Byzantine Studies.** Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 232-249.

GREGORY, Timothy E. **A history of Byzantium.** New Jersey: John Wiley & Sons, 2010.

HAIGHT, Roger. **A comunidade Cristã na História.** Ecclesiologia histórica. Vol. 1. São Paulo: Paulinas, 2012. (Coleção Ecclesia 21).

HEATHER, Peter. **The fall of the Roman Empire.** Londres: Pan, 2005.

HIPÓLITO. Tradição **Apostólica de Hipólito de Roma.** Disponível em: [https://www.ecclesia.com.br/biblioteca/pais\\_da\\_igreja/s-hipolito-de-roma-tradicao-apostolica.html](https://www.ecclesia.com.br/biblioteca/pais_da_igreja/s-hipolito-de-roma-tradicao-apostolica.html). Acessado em: 20 de dez. de 2024.

INÁCIO. Inácio aos Tralianos. In: **Padres Apostólicos.** vol. 1. São Paulo: Paulus, 1995 (Série Patrística).

IRVIN, D. & SUNQUIST, S. **História do movimento cristão mundial.**

**Vol. 1:** do cristianismo primitivo a 1453. São Paulo: Paulus, 2004.

JONES, Arnold Hugh Martin. **The later Roman Empire, 284-602:** a social economic and administrative survey. Maryland: Johns Hopkins University Press, 1964. Vol. 1.

KRAUTHEIMER, Richard. **Rome:** profile of a city, 312-1308. Princeton: Princeton University Press, 2000.

LATOURETTE, K. S. **Uma história do cristianismo:** volume I: até 1500 a.D. São Paulo: Hagnos, 2006.

LOGAN, F. Donald. **A History of the Church in the Middle Ages.** New York: Routledge, 2012.

MACCULLOCH, Diarmaid. **A history of Christianity:** the first three thousand years. Viking, 2010.

MARTIN, Thomas R. **Roma antiga:** de Rômulo a Justiniano. São Paulo: L&PM Editores, 2014.

MEEKS, Wayne A. **Social and ecclesial life of the earliest Christians. In: The Cambridge History Of Christianity, Volume 1:** Origins To Constantine. Margaret M. Mitchell and Frances M. Young (Orgs.) 2008, p. 145-173.

MITCHELL, Stephen. **A history of the later Roman Empire, AD 284-641.** John Wiley & Sons, New Jersey, 2014.

Perron, Anthony. "The Bishops of Rome, 1100-1300." In **The Cambridge History of Christianity, Volume 4:** Christianity in Western Europe, c.1100-c.1500, eds. Miri Rubin; Walter Simons. Cambridge University Press, 2009, p. 22-38.

Rousseau, P. "Late Roman Christianities." **In The Cambridge History of Christianity, Cambridge History of Christianity, volume 3;** Early Medieval Christianities, c.600-c.1100, (Orgs.) Thomas F. X. Noble; Julia M. H. Smith. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 19-45.

SCARRE, Christopher. **Chronicle of the Roman emperors: the reign-by-reign record of the rulers of Imperial Rome.** (No Title), 1995.

ULLMANN, Walter. **A short history of the papacy in the Middle Ages.** New York: Routledge, 2003.

WALKER, W. **História da Igreja Cristã.** 3. ed. São Paulo: ASTE, 2006.

WICKHAM, Chris. **The inheritance of Rome: a history of Europe from 400 to 1000.** Penguin UK, 2009.